

Espacialidades da Museologia e do Turismo de Base Local na Zona Oeste Carioca (RJ): Iniciativas, Dinâmicas e Desafios de um Movimento Cultural Emergente

Spatiality of Local-based Museology and Tourism in West Zone of Rio de Janeiro (RJ): Initiatives, Dynamics and Challenges of an Emerging Cultural Movement

Diogo da Silva Cardosoⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O propósito deste artigo é dar continuidade ao debate sobre a emergência de espaços culturais e museais populares na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, reflexo do novo cenário político e da paisagem cultural conservadora que a cidade vem construindo e tem desafiado os diferentes agentes culturais locais (produtores culturais, museólogos, professores, artistas, artesãos, contadores de histórias) a erigir espaços de oxigenação estética e cultural para criar um contraponto à tendência que tem se verificando nos bairros periféricos cariocas: destruição do patrimônio arquitetônico, fragilização das expressões culturais populares e ruptura com o modo de vida rural-agrícola que, por décadas, caracterizou esta região que já experimentou alguns codinomes espaciais (sertão, subúrbio, periferia) que, para o paradigma (pós)modernista atualmente em vigor na esfera governamental e nos setores hegemônicos da sociedade, não cabem mais dentro da imagem dominante que se deseja promover da cidade.

Palavras-chave: Turismo de Base Local; Museologia Alternativa; Zona Oeste Carioca.

Abstract: The purpose of this article is to continue the debate about the increase of many cultural and museological areas of local-based in the West Zone of Rio de Janeiro, which reflects the new political scenario and the conservative cultural landscape that the city has been building, besides, it has been challenging distinct local cultural agents (cultural producers, curators, teachers, artists, craftsmen, storytellers) to erect aesthetic and cultural spaces to make a counterpoint to the tendency that has been seen in the outskirt regions of Rio de Janeiro: destruction of the architectural heritage, weakening of popular cultural expressions and the rupture of the rural-agricultural way of living in which, for decades, has characterized this region that has already been called by some geographical terms such as (backwood, hinterland, outskirts), in which to the actual post-modern paradigm in the governmental sphere and in the hegemonic sectors of society, simply do not fit within the dominant image of the city that is wished to be promoted.

Keywords: Local-Based Tourism; Alternative Museology; West Zone of Rio de Janeiro.

ⁱ Geógrafo, Doutor em Geografia pela UFRJ e estagiário de pós-doutorado no âmbito do PPGG/UFRJ, com bolsa PNPD/CAPES. diogo_georeg@yahoo.com.br.

Introdução

Este texto visa esclarecer, pelo prisma geográfico, os agenciamentos e processos das instituições culturais da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro que se apropriaram da Museologia Social como conceito e prática de ressignificação dos seus espaços e do território em que atuam. O recorte espacial engloba as Regiões Administrativas (RAs)¹ de Realengo, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, estas, por sua vez, inseridas na AP5, uma proposta de codificação institucional definida pela Prefeitura municipal nos anos 1980².

As instituições culturais aqui abordadas são formais ou informais. As que optaram pela “informalidade”, isto é, pela dinâmica de coletividade característica dos movimentos culturais de periferia, visam construir práticas museológicas desvinculadas do rigor e missão dos espaços museológicos convencionais. À despeito das motivações e disposições dos agentes em não se enquadrar num CNPJ, numa rotina institucional (assembleia geral, reuniões, criação de atas, pagamento de impostos, despesas com contador e advogado, prestação de contas), para que alguns de seus projetos floresçam, acabam trilhando o caminho da institucionalização, aderindo a outros canais de articulação para viabilizar a ação.

Entre esses canais de ação, estão as plataformas colaborativas, o apadrinhamento institucional, espaços de *coworking*, incubação e aceleração de empreendimentos, entre outros. São medidas para garantir o acesso aos mecanismos de fomento via cumprimento dos protocolos legais³ pelo grupo interessado. Mais que instituições, os espaços/coletivos museais tratados neste texto comportam-se como empreendimentos culturais, dada a complexidade das suas rotinas, projetos, ambições e inter-relações com os universos empresarial e governamental. Suas ações se pautam principalmente na criação de tecnologias sociais (CARDOSO, 2015) para realizar a inclusão social e produtiva de agentes e redes estratégicos para a visibilidade e sucesso do projeto.

Hoje, os espaços e empreendimentos culturais e museais da Zona Oeste inserem-se em uma ou mais dinâmicas espaciais e institucionais, perfazendo um universo multimodal de geografias culturais pretéritas e emergentes (CARDOSO, 2015, 2014), daí a dificuldade de rotulá-las, subvertendo o paradigma organizacional brasileiro que tende a olhar as instituições de forma fragmentada, engessada, categorizando-as sem compreender o caráter fluído e multifacetados delas. Segue uma lista com três exemplos por “rótulo espacial-institucional”, obedecendo à denominação normalmente associada à elas e aceita pelos seus agentes:

- Espaços de arte e cultura urbana: Centro Cultural A História que Eu Conto (Senador Camará), Centro de Cultura Sefaradita (Campo Grande) e Mulheres de Pedra (Pedra de Guaratiba).
- Espaços de folclore e cultura tradicional: Raízes de Gericinó (Bangu), CTG (Santa Cruz) e Espaço Cultural Bagulho Doido (Bangu).
- Espaços museológicos: Museu de Bangu (Bangu), Ecomuseu de Sepetiba (Sepetiba) e Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (Santa Cruz).

- Espaços comunitários tradicionais: Colônia de Pescadores Z-14 (Pedra de Guaratiba), Colônia de Pescadores Z-15 (Sepetiba) e comunidade açoriano-portuguesa do Rio da Prata (Campo Grande).
- Espaços ecológicos: Espaço Farol da Prata (Campo Grande), Reserva Bicho Preguiça (Campo Grande) e Centro Ecológico Ana Gonzaga (Inhoaíba).
- Espaços de religiosidade/arte sacra: Sítio Mestre Jesus – Associação Betânia (Santíssimo), Capela Santo Sudário (Guaratiba) e Capela Magdalena (Guaratiba).
- Espaços de produção agrícola (agroecológica): Sítio Três Nações (Campo Grande), AGROPRATA (Campo Grande) e Colônia Nipo-Brasileira de Santa Cruz (Santa Cruz).
- Espaços de produção artesanal: Coosturart (Santa Cruz), Vida Feliz (Guaratiba) e Clécio Regis Cenografia com Arte (Bangu).
- Espaços educativos alternativos (extraformais): Casa Arte Vida (Pedra de Guaratiba), Fundação Xuxa Meneghel (Pedra de Guaratiba) e EOPE-BIOS/Museu Natural da Fazenda do Viegas (Senador Camará).

É sobre alguns desses espaços-empresendimentos culturais de base local que elaborei o próximo tópico, à luz do contexto regional que os guia, condiciona, reverbera, em suma, *afeta* em todos os aspectos da vida.

A Zona Oeste e Suas Instituições Culturais e Estâncias Museológicas de Base Local

Como vimos na lista de exemplos apresentada, a rotulação, isto é, as práticas de afirmação, averbação, classificação e standardização são mecanismos arbitrários, dispostos para fins que não atendem necessariamente ao fluxo vital das atividades e dinâmicas das instituições e seus agentes. Normalmente a rotulação reflete apenas uma parte da missão, meta, valores e objetivos da organização, ainda mais se tratando de instituições com propósitos culturais, museais, ambientais, educacionais entre outros cuja sensibilidade e ideário superam ou ficam par a par com as questões de ordem pragmática. O etiquetamento produz alguns inconvenientes, todavia, não deixam de ser apropriados pelas organizações sociais e coletivos informais quando eles surtem alguns efeitos positivos em termos de visibilidade, atração de recursos, mobilização de profissionais e outros.

Por estarem situadas na periferia da cidade, das políticas públicas e dos olhares dos atores econômicos influentes, as instituições culturais, com seus espaços de produção cultural singular⁴, ensaiam outras estratégias para superar as barreiras e a discriminação espacial para efetivar o diálogo global-local que traga benefícios para o espaço e, de alguma forma, altere o cenário territorial atual para favorecer futuros negócios, relacionamentos e eventos. Para legitimar as ações e projetos pelo/no território, os espaços culturais recorrem a pelo menos quatro estratégias espaciais para se territorializar sim-

bolicamente e obter a adesão e reconhecimento de ou mais segmentos e parceiros para dar suporte às atividades: 1) enunciados de afirmação positiva do lugar-bairro, exaltando as especificidades locais; 2) defesa da paisagem vernacular e, por tabela, do patrimônio ameaçado pela nova ordem econômico-espacial, sobretudo o arquitetônico e as expressões culturais populares (folias de reis, bate-bolas, festas rurais); e 4) “fechamento com os parceiros locais” (expressão comum no linguajar dos produtores culturais das periferia urbanas) para escolher locais estratégicos para eventos, dividir tarefas e atividades, compartilhar projetos, conscientizar e divulgar as ações entre os moradores locais, pressionar os representantes políticos locais etc.

Simple recursos como a celebração da cultura tradicional do aipim em Santa Cruz, do contexto ecossistêmico que o envolve (terra tufosa local)⁵ e do grupo étnico que a desenvolveu com muito capricho, a Colônia Nipo-Brasileira de Santa Cruz, fazem parte da tática imagético-discursiva de preservação da memória e dos saberes e fazeres tradicionais. A Colônia Nipo-Brasileira e os agentes que a defendem direta ou indiretamente (NOPH, Instituto Maniva, Associação Nikkei do Rio de Janeiro, Sindicato Rural, Emater), criam separadamente, isto é, cada instituição com seu repertório próprio de tempos e ações, uma atmosfera de resistência cultural em meio ao novo regime urbano carioca que vem arrematando urbanisticamente as últimas áreas rurais e vazios urbanos, suplantando os modos de vida de produção de longa data⁶, assim como os patrimônios e itinerários simbólicos que durante décadas ou séculos balizaram as identidades paisagística e cultural de Santa Cruz.

Seguindo o percurso histórico de atuação das ONGs na região, o NOPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, de Santa Cruz)⁷ e o ICC (Instituto Campograndense de Cultura) deram início a esse tipo de cenário institucional nos anos 1980. Outras poucas iniciativas surgiram nos anos 1990 e início de 2000 (Museu de Bangu, Capela Magdalena, Subúrbio Carioca, Centro Cultural A História que Eu Conto, Espaço Cultural Zona Oeste), mas é da segunda metade de 2000 para frente que houve a explosão de iniciativas e espaços culturais em pontos culturais nevralgicos da Zona Oeste, reflexo do novo cenário político e econômico que favoreceu⁸ a criação de entidades e a captação de recursos em diversas fontes (editais, leis de incentivo, doações, parcerias filantrópicas). Seguindo o fluxo dos acontecimentos que deram uma nova “cara” à região, o poder público – na tentativa de capilarizar suas ações nos territórios periféricos e ampliar a legitimidade nas classes populares pela dimensão identitária/afirmativa/cultural –, tem envidado recursos e esforços no sentido de atuar como um grande agente mobilizador e fomentador das iniciativas já existentes e das que estão por surgir através dos seus equipamentos culturais e de programas específicos como o Laboratório Cultural Carioca e o Conselho Municipal de Cultural (Figura 1)⁹.

Pelo viés turístico, muitos espaços se adaptaram à moldura de um espaço museal e à proposta de trabalho comunitário/local que orienta a corrente da Museologia Social. De meros espaços culturais e realizadores de projetos socioculturais, transformaram-se em estâncias museológicas e realizadoras de projetos museográficos criativos para atender aos critérios de atratividade e visibilidade necessários para conseguir deslocar turistas, admiradores e curiosos para espaços na periferia da cidade, vistos com medo e desconfiança pelo *trade* turístico.



Figura 1 – Prêmio de Ações Locais 2014 privilegiou os grupos informais que já realizam atividades culturais há anos, porém nunca tiveram o reconhecimento público da esfera municipal.

Fonte: <<http://migre.me/sMt5t>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

Há de se pensar no deslocamento afetivo promovido por esse novo circuito de memória e cultura na Zona Oeste, resgatando a história, autoestima e o orgulho das pessoas direta e indiretamente envolvidas nos projetos dos espaços museológicos/museais. De Bangu (Museu de Bangu) e Senador Camará (Centro Cultural a História que Eu Conto e Museu Natural da Fazenda do Viegas) até Santa Cruz (NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz), a estimativa é que haja um aumento no fluxo de turistas na Zona Oeste pelos próximos anos. São turistas que estão à procura de um tipo de serviço cultural que só os agentes culturais aqui em relevo estão dispostos e qualificados a ofertar: o turismo de base comunitária e o turismo histórico-cultural sintonizado com o ritmo e as paisagens singulares do lugar.

O Arquipélago Sociomuseal da Periferia Carioca: Pressupostos, Dinâmicas e Desafios

A Zona Oeste é uma região classicamente excluída das políticas públicas de desenvolvimento social, cultural e de preservação do patrimônio. Para esta vasta área que, em termos aproximados, perfaz 70% da extensão territorial da cidade¹⁰ (Figura 2), ainda está subjugada ao clientelismo político e à deficiência de atuação dos governos municipal e estadual. A prova mais concreta desse fato são os dois mapas divulgados em 2014 pela SMC/RJ, em parceria com o IPP/RJ, sobre a distribuição espacial dos pontos de cultura e dos equipamentos culturais da SMC/RJ (Figuras 2 e 3).

Pontos de Cultura e Densidade Populacional
Segundo os bairros da Cidade do Rio de Janeiro

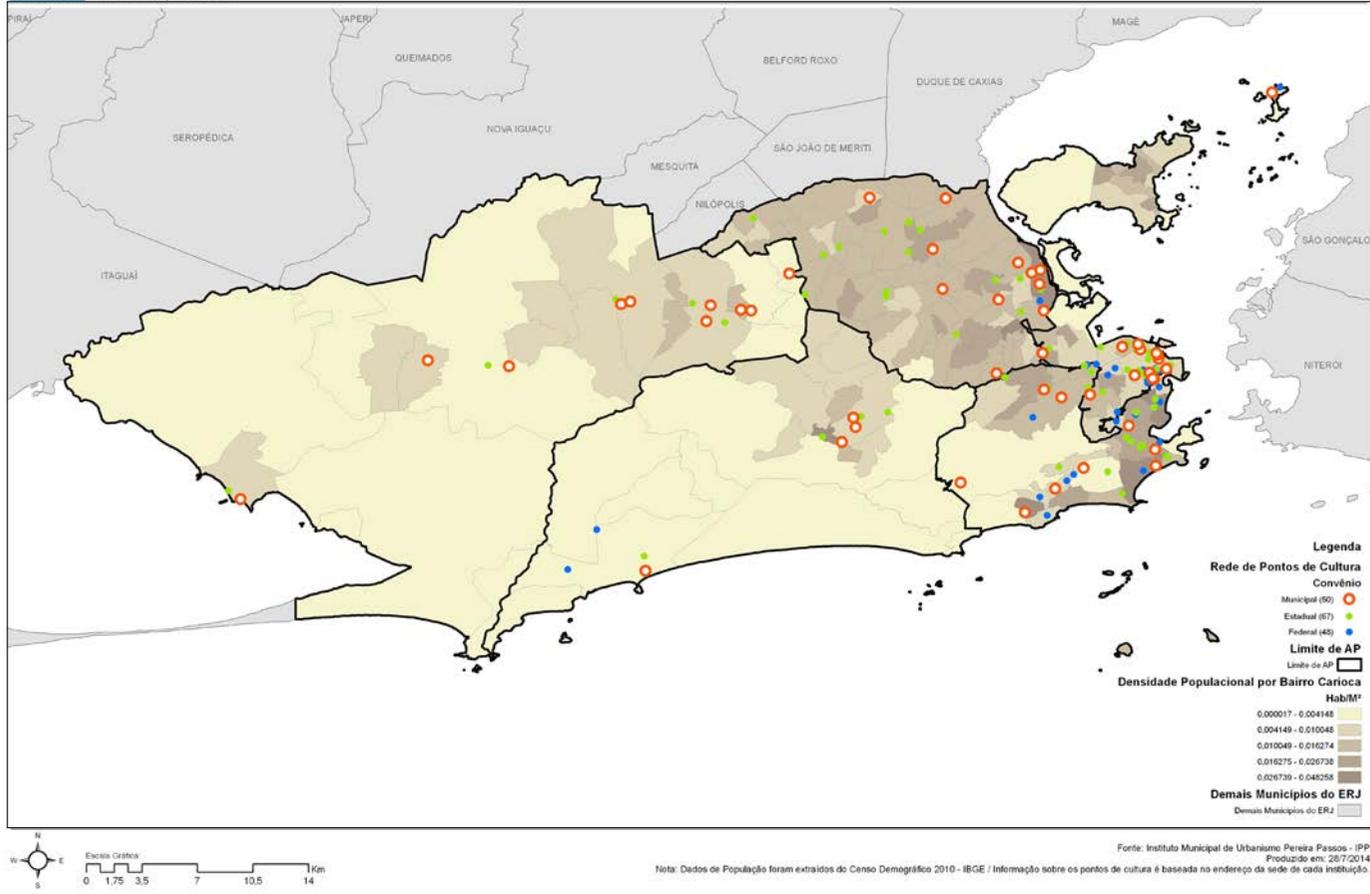


Figura 2 – Distribuição espacial dos Pontos de Cultura no município do Rio de Janeiro (2014).
Fonte: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=4838675>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

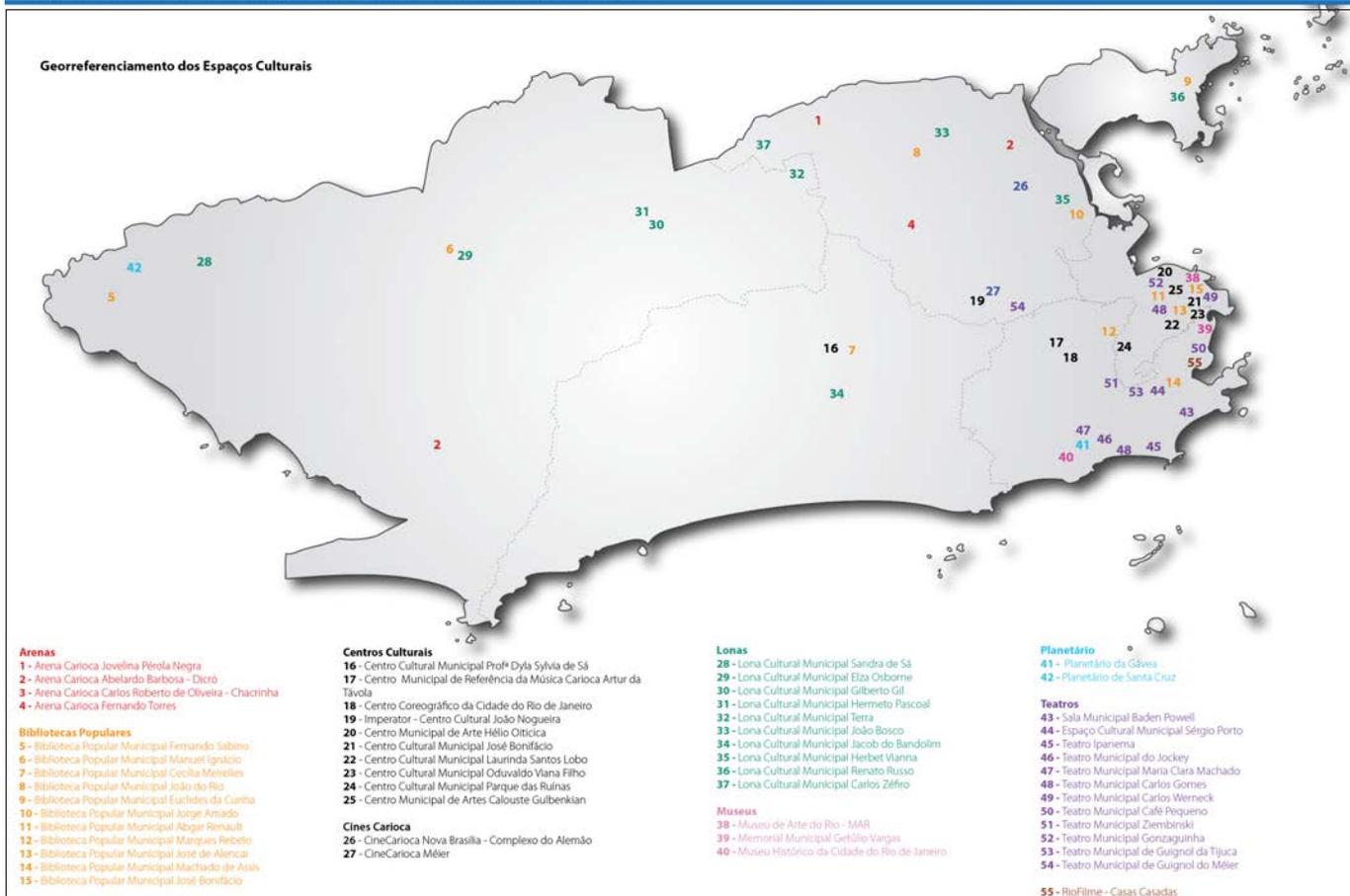


Figura 3 – Distribuição espacial dos equipamentos culturais da SMC/RJ (2014).
 Fonte: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=4838675>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

Para mostrar o outro lado da política comunitária e do valor cultural, turístico e patrimonial desses territórios, os museus comunitários, ecomuseus e outros dispositivos museais emergem na Zona Oeste para garantir certas condições para a produção cultural. Uma delas é a apropriação e ressignificação dos bens edificados e das manifestações imateriais enraizadas na história local/regional. No caso da ocupação e exploração sustentável de um prédio, casarão, ruína ou outro bem patrimonial, isso não só promove a sua preservação como cria um elo prático do grupo com a comunidade local e visitantes. O elo não só condensa a identidade do grupo na história do patrimônio e da localidade como pode gerar processos facilitadores que fortalecerão todos os atores envolvidos (acesso a editais, diálogo com o poder público, atração de instituições filantrópicas e culturais, intercâmbio com produtores e artistas em situação parecida).

O NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz é o exemplo mais emblemático dessa questão na Zona Oeste: sua luta pela restauração e uso do Palacete Princesa Isabel (Centro Cultural Municipal de Santa Cruz) para sediar as atividades culturais e educativas da instituição data da década de 1980, tendo a sua apoteose em 1992, na esteira da Eco-92¹¹. Neste referido ano, a ideia do ecomuseu foi lançada, implementada por meios comunitários e, após alguns anos, torna-se oficializada pela Prefeitura através da Lei nº2.354, de 01 de setembro de 1995¹², que constitui o primeiro caso de ecomuseu público do país¹³.

Sobre o papel crucial dos novos museus e espaços culturais de base local para a recomposição memorial, identitária e do imaginário espacial de uma região que sofre com o acirramento da desigualdade social e da descaracterização dos lugares pela nova ordem fundiária-imobiliária, Mario Chagas nos faz lembrar que os museus são mais que repositórios de artefatos ou depósitos semânticos das elites culturais. Vejamos com o autor:

Da modernidade ao mundo contemporâneo os museus são conhecidos por seu poder de produzir metamorfoses de significados e funções, por sua aptidão para a adaptação aos condicionamentos históricos e sociais e sua vocação para a mediação cultural. Eles resultam de gestos criadores que unem o simbólico e o material, que unem o sensível e o inteligível [...] Durante longo tempo os museus serviram apenas para preservar os registros de memória e a visão de mundo das classes mais abastadas; de igual modo funcionaram como dispositivos ideológicos do estado e também para disciplinar e controlar o passado, o presente e o futuro das sociedades em movimento. Na atualidade, ao lado dessas práticas clássicas um fenômeno novo já pode ser observado. O museu está passando por um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural. Já não se trata apenas de democratizar o acesso aos museus instituídos, mas sim de democratizar o próprio museu compreendido como tecnologia, como ferramenta de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro. Trata-se de uma denodada luta para democratizar a democracia; trata-se de compreender o museu como um lápis, como uma singela ferramenta que exige certas habilidades para ser utilizada. (CHAGAS, 2014, p. 57)

Dotadas de uma forma de comunicação específica, isto é, a *comunicação museológica*, alguns espaços museológicos ganharam notoriedade ao conseguir abarcar aquelas formas e conteúdos indispensáveis para a legitimação do espaço e seus artefatos, ganhando empoderamento comunitário e destaque no fazer dos membros dinamizadores e dos simpatizantes. A criação de ambiências culturais como um museu comunitário ou ecomuseu são cruciais para ratificar a dimensão dialógica e afetiva da população com o produto ofertado pela instituição museológica, seja ele um acervo documental, artefatos arqueológicos descobertos *in loco* ou uma boa caminhada ecológica por pontos de interesse cultural e ambiental, como faz o Ecomuseu de Sepetiba. O intuito é convidar pessoas para estabelecer uma relação não só lógica e moral, mas estética com o acervo e o lugar como um todo. Um lugar de compartilhamento de experiências, de coleção de trajetórias humanas e não humanas (MASSEY, 2008) transformado também num território musealizado.

O uso de imagens do território com/a partir do patrimônio cultural, para construir uma imagem positiva de uma cidade, centro histórico, região turística etc., continua sendo um dos meios mais eficazes de construção e promoção do sentido de lugar e do pertencimento social a esse lugar. Que o diga o marketing territorial, um ramo de conhecimento cada vez mais requisitado por atores políticos e econômicos que carecem de uma visão renovada do lugar para iluminar os seus negócios e relacionamentos. É a paisagem na sua dimensão politicamente mais radical, economicamente mais rentável e culturalmente mais exposta aos impactos dos agentes hegemônicos. Os ecomuseus são instituições-mestres no assunto “marketing do lugar”, como se pode ver pelas Figuras 4 e 5.

Atelier Mulheres de Pedra
Convida para o 1º
Nhoque da Felicidade 2016
dia 29 de janeiro
sexta-feira



Venha passar
um dia de laser em
Pedra de Guaratiba
**"Assista um lindo
por do sol"**



Rua Saião Lobato nº 138
PEDRA DE GUARATIBA
Tels: 24170238 - 24177735
986408468
mulheresdepetra@hotmail.com
confirme sua presença

COMO CHEGAR DE ONIBUS
- na cidade pegar 2381 no Castelo, sair na Barra;
- no Castelo pagar o 2335 via Barra e sair um ponto após a Funil Xuxa;
- em C. Grande pegar 666 ou 662;
- da Barra, pegar no avorada, o BRT para Sa. Cruz, sair no Mato Alto, pegar o alimentador até a Pedra, sair um ponto após a Funil Xuxa

Figura 4 – Marketing cultural e territorial das Mulheres de Pedra (2016).

Fonte: <<http://migre.me/sRbBM>>. Acesso em: 31 jan. 2016.



Figura 5 – Marketing cultural e territorial do Ecomuseu de Sepetiba (2014).
Fonte: Cardoso (2015, p. 178).

Sob uma perspectiva crítica da paisagem, outro tema que ela puxa para a sua esteira é a do desenvolvimento local, tema sobre o qual Carlos Milani (2003) nos provoca a refletir sobre as oportunidades e riscos desse tema em tempos de confusão teórica e de aumento da manipulação política tanto nos processos centralizadores como nos processos ditos “participativos”, onde o protagonismo torna-se uma arena de disputa entre os *stakeholders*¹⁴.

Conceber o desenvolvimento local a partir desse prisma [panaceia das crises do desenvolvimento nacional e do Estado-nação] comporta riscos evidentes. O primeiro deles é o risco do localismo, que aprisiona atores, processos e dinâmicas de modo exclusivo ao seu local, a sua geografia mais próxima, sem fazer as necessárias conexões com outras escalas de poder. O segundo risco é pensar ser possível o desenvolvimento local autônoma e independentemente de estratégias de desenvolvimento nacional e internacional, ou seja, conceber estratégias locais de desenvolvimento econômico como se estas não tivessem relação de interdependência, por exemplo, com políticas nacionais de ciência e tecnologia, ou negociações mundiais sobre a liberalização do comércio. Um terceiro risco é a atomização do desenvolvimento local, com o corolário da fragmentação de iniciativas não necessariamente coerentes entre si.

Há, no entanto, outras formas – mais complexas – de conceber o desenvolvimento local. A análise *local* do desenvolvimento pode ganhar força com a expansão da globali-

zação econômica, porquanto o desenvolvimento local seria o contraponto do contexto e da diversidade frente ao temor da uniformização de meios e conteúdos (MILANI, 2003, p. 10).

O *arquipélago sociomuseológico do Sertão Metropolitano Carioca* é, simultaneamente, um *esquema* e um *sistema* de articulação e potencialização de memórias, imaginários e patrimônios desta região. Trata-se de uma expressão e de um argumento poético sobre a insurgência de práticas culturais, em geral disparadas por ativistas locais, centradas na dimensão topofílica (TUAN, 1980), nas formas e conteúdos que podem reconectar os habitantes e visitantes com os lugares em tela, rompendo com o estigma e os preconceitos que perpetuam a paisagem de medo e violência endereçada às favelas e aos bairros da periferia carioca. Uma paisagem cultural cujas instituições, coletivos e indivíduos buscam, pelas lógicas da identidade e da alteridade, a valorização dos marcadores espaciais que trazem à tona o *genius loci* do lugar, mesmo que este esteja lugar em processo constante de reestruturação espacial e a sua identidade pareça estar à deriva. Em outras palavras, uma paisagem e identidade prestes a serem substituídas por um novo cenário de objetos, dinâmicas e iconografias dissociados da espacialidade pretérita.

O arquipélago sociomuseológico só existe enquanto esquema e sistema porque a busca desesperada por sentido de lugar, por dinâmicas topofílicas de preservação dos lugares de memória, condicionam o estilo de vida e os agenciamentos rotineiros adotados pelas instituições e pelas pessoas que “vestem a camisa” do seu lugar e do coletivo ou projeto individual pelo qual militam. Só dessa forma conseguiremos entender como personalidades como Clécio Regis (Clécio Regis Cenografia com Arte), Sérgio Vidal (Atelier Sérgio Vidal), Cláudia Siqueira (Coosturart), Iêda Thomé (Vida Feliz), Mauro Pereira (Defensores do Planeta), Claudio Mello (IPHARJ), Binho Cultura (Flizo) e Mario Gomes (Arte em Conjunto) aliam o trabalho profissional com a perspectiva de mudança do paradigma local-regional a partir dos novos valores simbólicos introjetados em situações territoriais específicas (espaços culturais, polos gastronômicos, festas, intervenções de rua, manifestações folclóricas) que geram o empoderamento dos lugares a partir de suas práticas setorializadas e politicamente condicionadas pelas pressões verticais (representantes políticos, empresários, governo) e horizontais (público beneficiário, organizações parceiras, colaboradores).

Juntando iniciativa e solidariedade geográfica, temos um plano teórico adequado para investigar os agenciamentos museológicos e para-museológicos da hinterlândia Oeste carioca. A solidariedade geográfica só é atingida, no entanto, se houver um quadro estrutural e organizacional de solidariedades plurais (cooperativas, poder público, empresas, associações civis, universidades), como define o cientista social Portela (2009) – e se essas solidariedades, por sua vez, souberem da importância da cartografia social e da política da espacialidade para a promoção de encontros das trajetórias solidárias e para a afirmação do imaginário e da memória que as unem, criando o “cimento de coesão social” (Ibidem, p. 34).

Este arquipélago de estâncias museológicas agrega ilhas difusoras da memória e cultural local, agindo como fontes reconfortantes sobre os quais as pessoas conseguem encontrar novos referenciais culturais no território e debater questões que, de tão naturais e

cotidianas como a cultura costuma ser, passam despercebidas pela sociedade de massa. É nesses espaços e por esses espaços que as demandas identitárias e outros assuntos de base local encontram guarida e reverberação.

As estâncias museológicas comportam-se como amplificadores de som, porta-vozes culturais de uma localidade mesmo que o seu escopo não almejasse tal problema, como é o caso da Casa da Rua do Amor (Conjunto Saquaçú, Santa Cruz), cujo espaço museal nele embutido, o Museu Oficina de Artes Lúdicas, tem um plano de trabalho direcionado para os segmentos infantil e jovem da região (indo além do recorte territorial Saquaçú/Santa Cruz), e o recorte temático seja a questão lúdica enraizada nas artes, nos brinquedos e nas brincadeiras populares numa perspectiva global¹⁵.

O bairro tem sido a principal estratégia de marketing territorial e político das organizações sociais e dos espaços museais, não à toa, museus comunitários e centros de memória estão presentes nos principais núcleos urbanos da região – Museu de Bangu, Museu de Campo Grande (em fase de implantação), NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel, Mulheres de Pedra (Pedra de Guaratiba). Uma lógica espacial coerente e de certa forma previsível se levarmos em conta as pressões e reverberações sociais locais que pululam aos olhos de quem está envolvido diretamente no assunto e no movimento que emerge na região.

Pelos próximos anos, veremos se a tática de eco-musealização dos territórios vingou, ou se os espaços se voltarão para outras pautas e estratégias de fidelização de público e plateia cuja questão geográfica fica num plano secundário, praticamente imperceptível. Resta saber também se, nos anos vindouros, o reencantamento cultural será apenas um aporte temporário de visibilização dos espaços museológicos/para-museológicos, ou se o fenômeno se transformará num conteúdo que motivará a existência e o surgimento de outros projetos, coletivos e espaços que basicamente buscam a mesma coisa: conforto estético, proteção do patrimônio e alternativa de renda.

A sustentabilidade é um dos temas da moda que traduz a ânsia de um novo compósito imagético-pictórico donde o fenômeno do encantamento do mundo – que é na verdade um encantamento dos sentidos – possa ser o caminho para o desenvolvimento territorial dos bairros, das microrregiões e dos espaços de cultura e memória em toda a sua plenitude, abraçando as situações que trilham o caminho da sustentabilidade *lato sensu*.

A pesquisa sobre o arquipélago sociomuseológico emergente nas zonas Norte e Oeste carioca, evidenciam a busca nostálgica e, em alguns casos, compulsiva, da base histórica esquecida e/ou desprotegida que poderá ser o estofo de uma nova cultura regional calcada no cosmopolitismo, na valorização do patrimônio e na constituição de outras modalidades de arranjo econômico que potencialize as culturais locais e a geração de trabalho e renda. As três ondas museológicas que ocorreram, respectivamente, nas décadas de 1980, 1990 e de 2000 até hoje, e se espalharam de forma especial em alguns bairros amplamente rotulados e estigmatizados (Santa Cruz, Pedra de Guaratiba, Campo Grande, Anchieta).

Do NOPH (1984) e, posteriormente, Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, ao Museu da Humanidade em Anchieta, o perfil museográfico e museológico de todos os espaços estudados encerram homologias estruturais significativas, desde a linha de pensamento autônoma e “improvisativa” das suas atividades e exposições, chegando à postura

crítica de denúncia e ação arrojada para superar os vários gargalos que bloqueiam o desenvolvimento turístico, cultural e patrimonial da região historicamente negada pela sociedade carioca e excluída das políticas públicas prestigiosas.

Considerações Finais

Espaços defendendo seus espaços... Espaços de partilha e busca... Espaços de oxigenação em meio à onda desenvolvimentista e padronizadora que tem produzido espaços de racionalidade (SANTOS, 1996) em detrimento dos espaços de vernaculidade (ou, seguindo a conceituação de Werther Holzer [2014], espaços de lugaridade). A despeito do imbróglgio gerado pelos imperativos formais e as resistências informais, as iniciativas culturais têm crescido em quantidade e qualidade na Zona Oeste nas duas últimas décadas, fruto de alguns agentes e ações pioneiras que inspiraram a nova geração de produtores culturais, professores e lideranças comunitárias a disparar novos agenciamentos que, posteriormente, adentraram na turva esfera do reconhecimento social e se afirmam como representantes culturais locais. Como empreendimentos criativos, as práticas culturais vão ao encontro da reivindicação mais geral dos moradores locais que buscam um “olhar” mais positivo sobre o espaço de morada/vivido e uma oferta mais digna de equipamentos e serviços culturais e de lazer. Mas quem determina esse olhar e quais os interesses que, muitas das vezes, se escondem sob o véu da ação solidária e da luta pelo bairro, patrimônio ou outro assunto relacionado?

Pelas impressões de campo, mais a análise das conversas e interações com mais de trinta agentes culturais de diferentes bairros da Zona Oeste, resalto que não é só a afetividade e o pertencimento que guia essas pessoas, mas, de forma mais prática, o território e suas propriedades (toponímia, situação de vulnerabilidade social) são uma espécie de trampolim sobre o qual conseguem acessar outros canais de protagonismo, mediação, apoio e fomento.

Outra questão que tem me incomodado tanto como pesquisador acadêmico quanto como morador e agente educador local é se o velho discurso do “deserto cultural”, isto é, da “escassez” de instituições, equipamentos e eventos culturais na região, atinge e preocupa de fato os velhos e novos moradores locais, ou se tal anseio não se trata mais de uma onda política de manipulação de emoções e corpos em direção a fins que não necessariamente trazem impactos positivos no desenvolvimento cultural local e na renda de qualidade de vida dos agentes e espaços culturais locais. Afinal, a falta de diversidade de equipamentos e serviços culturais é uma constatação e angústia dos moradores locais ou uma demanda de trabalho e de atuação política dos acadêmicos e dos gestores culturais influentes? Trata-se de uma alienação dos habitantes, ao qual não sabem da sua condição real de carência cultural e não sabem como lutar para ter acesso a esse direito social, ou, pelo menos para as classes média emergente e pobre, ambas possuem outros meios de satisfação estética e cultural (encontros familiares, atividades e eventos religiosos, festas sociais, eventos de massa, bailes populares) que não requerem, ao menos de imediato, o uso dos equipamentos e eventos culturais convencionais legítimos aos olhos da elite cultural e cobiçados por um segmento cultural sedento de protagonismo e afirmação.

É importante frisar um ponto: sejam os bens patrimoniais ou as novas iniciativas dos jovens produtores culturais, todos estão inseridos num mesmo movimento temporal: o tempo presente. Estão imersas naquilo que o antropólogo Johannes Fabian (2013) caracterizou como *contemporaneidade radical*, uma marca dos tempos pós-modernos onde as velhas distinções evolucionistas/racistas/geodeterministas do Ocidente¹⁶ passaram a ser questionadas e subvertidas em prol de novos hábitos, valores e epistemes mais atentos à crise ecológica, à conservação dos ecossistemas naturais e patrimônios culturais, e à promoção de novas formas de vida.

Contudo, a despeito de compartilharem um mesmo tempo, não estão imersos no mesmo *espaço*: no caso da Zona Oeste, o espaço que as elites política e cultural definiram como Zona Oeste é tão somente um fetiche espacial, um imbróglgio discursivo para acobertar a real complexidade e relevância desta região para a vida da cidade, uma realidade que eles próprios desconhecem e/ou não fazem questão de compreender na sua plenitude. É hora de se repensar os critérios de espacialização e a real política de localização e posição cultural dos habitantes e dos agentes da cena cultural, para que as solidariedades geográficas (ALVES e ALVES, s/d) sejam analisadas e fomentadas na sua real complexidade e integralidade.

Estando à margem ou não da cena cultural, aderindo ou não à cultura marginalista/periférica que norteia hoje o pensar e o fazer dos produtores culturais populares¹⁷, o investimento social feito por esses espaços tem um valor inestimável e permanentemente ativo no reavivamento de um ou mais “traços” identitários do lugar. E, como todo movimento cultural contemporâneo que busca costurar experiências do passado com o presente e futuro, as estâncias museológicas populares da Zona Oeste têm gestado micromovimentos, microcosmos que, em diálogo com a memória e o imaginário locais, mobilizam emoções, pessoas, empreendimentos e outras estruturas.

Com a mobilização pontual e diminuta, porém instigante e relevante, a expectativa dos seus agentes museais (CARDOSO, 2015) é de que sobrevenham sobre a região novas geografias de esperança, afeto e lealdade que redesenharão as relações dos moradores, visitantes, gestores públicos e outros agentes com os lugares que dão vida e sentido à esta vasta região que o Poder municipal, por razões derradeira políticas e ideológicas nos anos 1960-1970 em diante, resolveu designá-la como Zona Oeste¹⁸, despidendo-a de sua matriz histórica e patrimonial para enquadrá-la como a última frente de expansão urbana, industrial e residencial da cidade.

Uma autêntica zona de desbravamento do capital nas dobras dos maciços da Pedra Branca e do Gericinó-Mendanha; pela costa de Guaratiba à Sepetiba, e pelo estoque de terras ainda existente nas duas maiores regiões da cidade: Campo Grande e Santa Cruz. São áreas onde os patrimônios natural e cultural encontram-se à deriva. Conforme destacado por uma técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), os bens patrimoniais da Zona Oeste só ganharão destaque no poder público quando os órgãos de planejamento passarem a olhar essa materialidade de forma séria e cuidadosa, amparada numa espécie de conservacionismo estratégico onde ruínas, casarões, tradições e expressões de periferia podem ser organizadas em ações sinérgicas de fortalecimento da identidade e arranjos produtivos e cotidianos do território.

Referências Bibliográficas

ALVES, M. B. N.; ALVES, C. R. A reafirmação do lugar na geografia contemporânea a partir do conceito de solidariedade geográfica. *Anais do II NEER*. Disponível em: <<http://migre.me/sQHmj>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

CARDOSO, D. S. *Arquipélago sociomuseológico regional: notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ)*. Tese Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro. UFRJ, 2015. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/825833.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

CHAGAS, M. S. *Museus, memórias e movimentos sociais. Curso de introdução à Museologia Social*. Rio de Janeiro: Unirio/MUF, 2014. p. 57-67.

FABIAN, J. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece o seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. *Cidades*. n. 17, v. 10, p. 18-29, 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3232/2746>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). *IV Conferência Regional ISTR-LAC*. São José, Costa Rica, 2003. Disponível em: <<http://migre.me/sRbGF>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

NASCIMENTO, G. L. Reconhecimento, redistribuição e território: conceitos, questões e horizontes para as políticas culturais na cidade do Rio de Janeiro. In: BARBOSA, Jorge Luiz, SILVA, M. B. (org.). *Oeste carioca*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014. p. 45-54. Disponível em: <<http://oestecarioca.org/ebook/>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

PORTELA, J. A economia ou é solidária ou é fratricida. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 84. 2009. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/412>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

WEYRAUCH, C. S. De mar a mar: modernidade e tradição: cidade e campo no Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <<http://migre.me/sR8ID>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. De sertão à zona industrial. *Revista Ágora*, Vitória, n. 17. p. 13-31, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/sR8Oh>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

¹ Portal temático da prefeitura onde se pode identificar as 33 Regiões Administrativas e seus respectivos bairros: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm>. Acesso em: 19 jan. 2016.

² Consultar os mapas e a análise descritiva da prefeitura municipal em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2016

³ Programas de capacitação e mentoria – Sebrae, OCB/RJ, GPAC (SEC/RJ) –, lei de incentivo, editais públicos e de fundações filantrópicas.

⁴ Daqui em diante, referir-me-ei às instituições culturais locais como espaços, para evitar o uso aleatório das definições hoje associadas às formas atuais de organização dos movimentos e ativismos sociais.

⁵ Para um estudo das condições pedológicas do município do Rio de Janeiro e da especificidade do solo na região de Santa Cruz e na área da Colônia Nipo-Brasileira de Santa Cruz, consultar o relatório técnico produzido para a Prefeitura do Rio de Janeiro: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/126674/DLFE-210113.pdf/2DIAGNOSTICODASITUACAOATUAL.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016; e também o documento da Embrapa para subsidiar o planejamento ambiental do município: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/965573/1/mapeamentorj1.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

⁶ Várias manifestações culturais de Santa Cruz, como os Clóvis Bate Bolas, a Folia de Reis, o grupo musical do Grêmio 24 de Fevereiro e os eventos religiosos (Missa da Exaltação de Santa Cruz), lutam às duras penas para manter suas tradições e agregar novos jovens para não deixar o movimento “envelhecer”, isto é, tornar-se irrelevante para as novas gerações.

⁷ A história do NOPH e sua transformação posterior em Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz é explicada com mais detalhes em Cardoso (2015).

⁸ Nos dias de hoje, a conjuntura de recessão econômica, somada à desconfiança da sociedade com o universo das ONGs, gerou um ambiente desfavorável para as organizações em geral, como notam alguns produtores culturais da Zona Oeste como Luiz Vaz (Casa da Rua do Amor), José Humberto Resende (Sítio Paraíso Verde), Roberto de Regina (Capela Magdalena) e Claudia Siqueira (Coosturart). Alguns alertam, inclusive, que o cenário fluminense tornou-se mais árido para o estabelecimento de novas organizações sociais e ações coletivas, dado que o “Terceiro Setor” é um dos primeiros setores a sofrer impacto negativo quando há crise econômica, emperrando os projetos de base social e afastando os profissionais por falta de remuneração.

⁹ Conferir os programas, editais inovadores e demais dispositivos empregados recentemente pela SMC/RJ para democratizar as ações e trazer mais ativistas e realizadores culturais para o debate político da gestão da Secretaria, em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smc>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

¹⁰ Alguns estudos técnicos apontam em 60% a porção territorial da Zona Oeste, enquanto outros consideram mais aceitável o cálculo de 70%, conforme atestado em conversa com duas gestoras da SMU (2015). Não há um número oficial, porém, se levarmos em conta somente a extensão territorial da AP5, de 592,33 km², correspondente a quase metade do território da cidade (48, 4%), o valor de 70% torna-se mais sustentável, haja vista que a AP4 (que não teve a sua área territorial calculada ou divulgada pela prefeitura) é a segunda maior sub-região e compõe, junto com a AP5, a área total da Zona Oeste. Ver o mapa das APs em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf>>. Disponível em: 21 jan. 2016.

¹¹ Ver o relato da museóloga do grupo, Odalice Priosti, na qual afirma a importância da Eco-92 para a “virada museológica” no NOPH e, por contaminação, no campo museológico brasileiro: <<http://www.quarteirao.com.br/pdf/iphn.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

¹² Disponível em: <<http://migre.me/sR7Lx>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

¹³ Antes do Ecomuseu de Santa Cruz, só se sabe da existência do Ecomuseu de Itaipu (1987), que consiste numa iniciativa privada... de uma empresa pública! Mais informações em: <<https://www.itaipu.gov.br/turismo/ecomuseu>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

¹⁴ *Stakeholder* é uma categoria analítica cada vez mais utilizada para identificar num contexto territorial e arranjo produtivo, os sujeitos, grupos, instituições e conglomerados interessados num

processo socioeconômico comum. Geralmente esse assunto apresenta um raio geográfico bem definido ou, ao contrário, encontra-se em fase de negociação quanto às atribuições, acordos e territorialidade de cada ente. Ainda assim, o conceito está atrelado ao universo das negociações corporativas, dos acordos previamente planejados nos gabinetes ou em fóruns socialmente “apresentativos”, e das decisões tomadas com o aval dos agentes hegemônicos, tirando da sociedade civil o poder de participação e controle social.

¹⁵ O coordenador do projeto, Luiz Vaz, explica o projeto em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GgbXyABwr78>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

¹⁶ Alguns esquemas dualistas e evolucionistas que balizaram a hegemonia ocidental desde a fase de expansão da modernidade capitalista até os dias atuais: primitivos x bárbaros x civilizados; centro x periferia; desenvolvidos x subdesenvolvidos; popular x erudito; científico x senso comum.

¹⁷ Ver: <<http://www.entretete.com.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2016. Ver também o debate acirrado promovido pela Universidade das Quebradas/UFRJ em: <<http://www.universidadedasquebradas.pacc.ufrj.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

¹⁸ Cleia Weyrauch (2015, 2013) tem produzido algumas reflexões seminais sobre a rápida e abrupta substituição das categorias sertão e subúrbio cariocas pela Zona Oeste no imaginário popular e na administração pública. A análise desta autora tem me influenciado na forma como se deve pensar o(s) momento(s) – e não somente o episódio clássico, relatado pela própria Weyrach (2015), na qual o então governador Negrão de Lima afirmara ter vergonha de ainda existir um “sertão” numa cidade tão importante como o Rio de Janeiro – em que houve os cortes epistemológicos que colocaram a região num vácuo histórico-existencial que, somente nos últimos anos, tem sido questionado e iniciativas surgiram para tentar minimizar parte dos efeitos culturais negativos gerados por esse fenômeno.